

3

O setor de telecomunicações

3.1.

A privatização do setor

O setor de telecomunicações sofreu profundas transformações, principalmente na última década, considerando que era um monopólio estatal. Até o ano de 1998, os serviços públicos de telecomunicações no Brasil eram explorados pelo Sistema TELEBRÁS que detinha cerca de 90% da planta de telecomunicações existente no País e atuava em uma área em que vivia mais de 90% da população brasileira. O controle acionário da TELEBRÁS era da União Federal que detinha pouco mais de 50% de suas ações ordinárias e aproximadamente 22% do capital total, o que caracterizava a sua condição de monopólio estatal.

O Sistema TELEBRÁS foi preparado para a privatização em duas etapas. Na primeira, realizada em 30 de janeiro de 1998, as empresas estaduais pertencentes ao Sistema TELEBRÁS tiveram suas atividades celulares separadas das de telefonia convencional (fixa). Com isso, a TELEBRÁS passou a ser controladora de 54 empresas, sendo 27 de telefonia fixa, 26 de telefonia celular e 1 de longa distância. A segunda etapa se caracterizou pela constituição de 12 novas companhias (3 de telefonia fixa, 8 de telefonia celular e 1 de longa distância) que se tornaram as controladoras das 54 empresas citadas anteriormente.

A privatização de todo o antigo Sistema TELEBRÁS ocorreu no dia 29 de julho de 1998, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, e rendeu ao Governo Federal cerca 30,5 bilhões de Reais.

Depois da privatização, a velocidade do crescimento do setor de telecomunicações no Brasil pode ser considerada um caso raro no mundo. No mês anterior a privatização do Sistema TELEBRÁS, havia no Brasil 20 milhões de telefones fixos e 10 milhões de celulares. Ao final do primeiro trimestre de 2010, existiam 240 milhões de linhas - 41 milhões de telefonia fixa, 179 milhões de celulares, 12 milhões de acesso banda larga e 7,6 acesso de TV por assinatura. Até pouco antes da privatização, o Sistema TELEBRÁS investia, em média, 3 bilhões de Reais por ano. Segundo o relatório da Telebrasil, estas prestadoras, em conjunto, realizaram o maior plano de investimento da história na expansão, modernização e melhoria da qualidade da prestação de serviços na economia brasileira: R\$ 177 bilhões de 1998-2009, dos quais R\$ 153 bilhões nos últimos dez anos 2000-2009, sendo que em 2001 realizaram o maior investimento já feito por um único setor da economia num ano: R\$ 24,2 bilhões, conforme ilustrado na figura 8 abaixo.

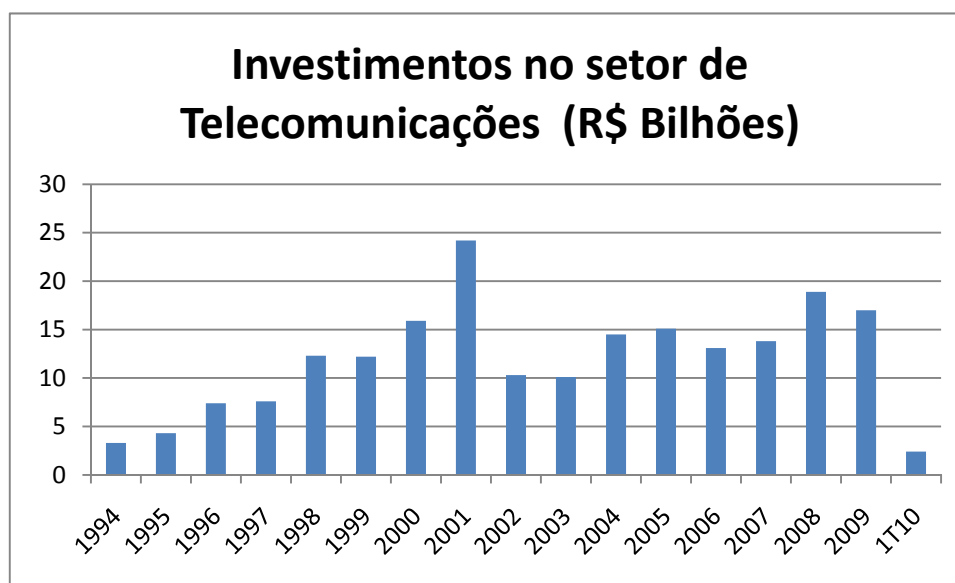


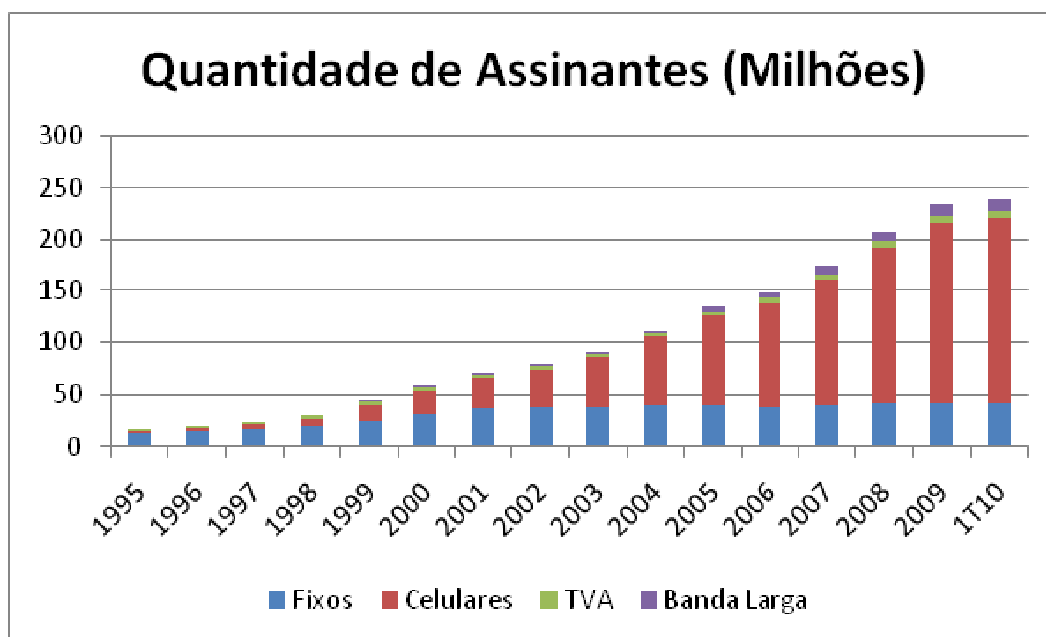
Figura 8 – Investimentos no setor de telecomunicações (Fonte: Telebrasil, pag. 66)

3.2. O mercado de telecomunicações

Conforme ilustrado na figura 8, ao final do primeiro trimestre de 2010, o Brasil possuía 41,4 milhões de telefones fixos e 179,1 milhões de telefones móveis. Complementarmente, também constava a presença de 7,9 milhões de usuários de TV por assinatura, 11,8 milhões de usuários de banda larga e 28,5 milhões de usuários de Internet residenciais (fonte: Telebrasil).

Dentre os fatores que possibilitaram um crescimento tão expressivo da base de usuários de telefonia móveis estão: i) a comodidade de poder comunicar-se em qualquer lugar e ii) a criação dos planos pré-pagos, que hoje respondem por 82,5% do total de acessos móveis.

Comparando o crescimento da telefonia móvel com a fixa, pode-se verificar que, entre 2003 e 2009, o número de telefones fixos manteve-se estável com um ligeiro aumento de 6%, enquanto o crescimento da planta de telefones celulares foi de 275%



MILHÕES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	1T2010
Fixos	13,3	14,8	17	20	25	30,9	37,4	38,8	39,2	39,6	39,8	38,8	39,4	41,2	41,5	41,4
Celulares	1,4	2,7	4,6	7,4	15	23,2	28,7	34,9	46,4	65,6	86,2	99,9	121	150,6	174	179,1
TVA	1	1,8	2,5	2,6	2,8	3,4	3,6	3,6	3,6	3,9	4,2	4,6	5,3	6,3	7,5	7,9
Banda Larga	-	-	-	-	0,1	0,2	0,3	0,7	1,2	2,3	3,9	5,7	7,7	10	11,4	11,8

Fonte: Anatel, ABTA e Teleco

Figura 9 – Quantidade de assinantes de telecomunicações por ano (Fonte: Telebrasil, pag.44)

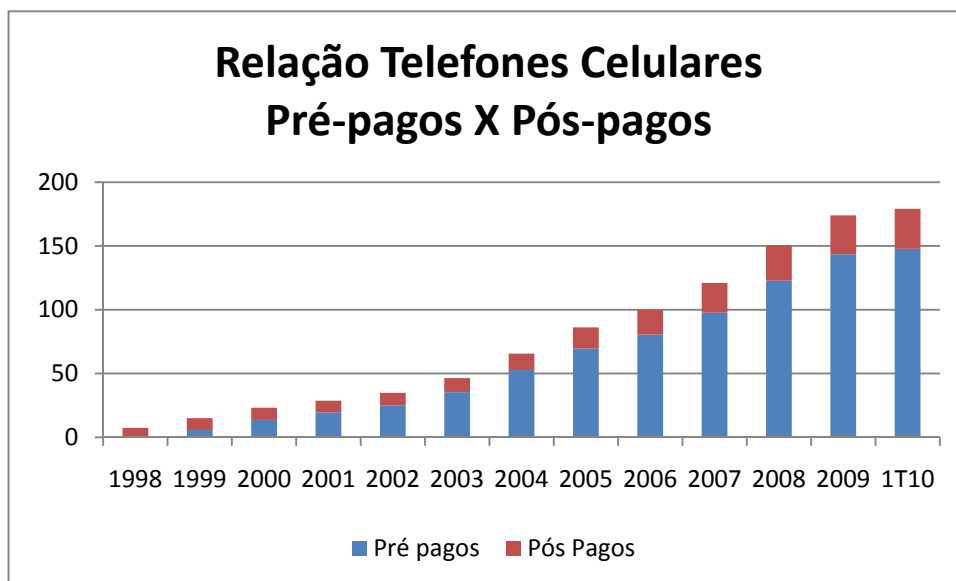


Figura 10: Relação Telefones Celulares Pré-Pagos x Pós-Pagos
(Fonte: Relatório Telebrasil, pag. 94)

No ano de 2008, 82,1% das residências possuíam acesso aos serviços de telefonia fixa e/ou móvel, sendo 87,6% na zona urbana e 50,8% na zona rural. Em 1998, ano da privatização do setor de telecomunicações, esta penetração era de apenas 32% dos domicílios. Isto representou crescimento de 157% no período 1998-2008.

Ao final do primeiro trimestre de 2010, 37.600 localidades são atendidas pelo serviço de telefonia fixa, em função da realização das metas do Plano Geral de Metas de Universalização do STFC (PGMU) e do Plano Geral de Metas de Qualidade do STFC (PGMQ) contra 16.950 em 1992.

	1992	2004	2005	2006	2007	2008	2009	1T2010
Quantidade de Localidades	17,0	29,0	33,6	34,2	35,8	37,0	37,5	37,6

Quadro 9: Localidades atendidas (Fonte: Relatório Telebrasil, pag. 56)

No ano de 2009, a receita operacional bruta do setor de telecomunicações totalizou R\$ 180,8 bilhões – cerca de 5,8% do PIB, e 1% maior do que os R\$ 178,4 bilhões do ano anterior apesar da crise econômica internacional. Deste total, a indústria foi responsável por R\$ 18,4 bilhões, as operadoras de telefonia fixa por R\$ 77,4 bilhões, as operadoras de telefonia móvel por R\$ 69,9 bilhões, as empresas de TV por assinatura por R\$ 10,7 bilhões e as operadoras de SME por R\$ 4,4 bilhões.

Em termos de investimentos, a figura 8 mostra que a privatização mudou completamente o perfil do setor de telecomunicações. Até aquele momento, durante um período de quatro anos (de 1994 a 1997) foram investidos R\$ 22,6 bilhões. Após 1998, por um mesmo período de quatro anos foi investido R\$ 64,6 bilhões, valor quase três vezes maior do que o do período anterior. Isto ocorreu devido ao grande aporte de capital promovido tanto por empresas nacionais quanto por empresas estrangeiras, interessadas em explorar o potencial do setor, atendendo à grande demanda pelos serviços.

Ao final de 2009, o valor de mercado das prestadoras de serviços de telecomunicações com ações negociadas na Bovespa foi de R\$ 103,2 bilhões.

3.3. A Oi

A Oi é a maior companhia de telecomunicações do Brasil em faturamento e em número de telefones instalados. Com controle 100% nacional, a empresa é pioneira no Brasil na prestação de serviços convergentes e integrados de telecomunicações. A Oi oferece transmissão de voz local e em longa distância, telefonia móvel, comunicação de dados, internet, TV e entretenimento.

A Oi é formada pela *holding* Tele Norte Leste Participações S.A. (TNL), que controla a empresa de telefonia fixa Telemar Norte Leste S.A.(TMAR), que, por sua vez, controla a TNL PCS S.A (telefonia móvel) e a Oi Internet, esta última empresa provedora de serviços de Internet, conforme mostra a figura 11.

A TNL foi criada em 22 de maio de 1998, pela cisão das Telecomunicações Brasileiras S.A. - "Telebrás, tendo, como principais atividades, a participação em outras sociedades e a promoção de gestão operacional e financeira de suas empresas controladas, direta ou indiretamente. A TNL é uma *holding* controlada pela Telemar Participações S.A., que atualmente detém 18% do capital total e 54% do capital votante.

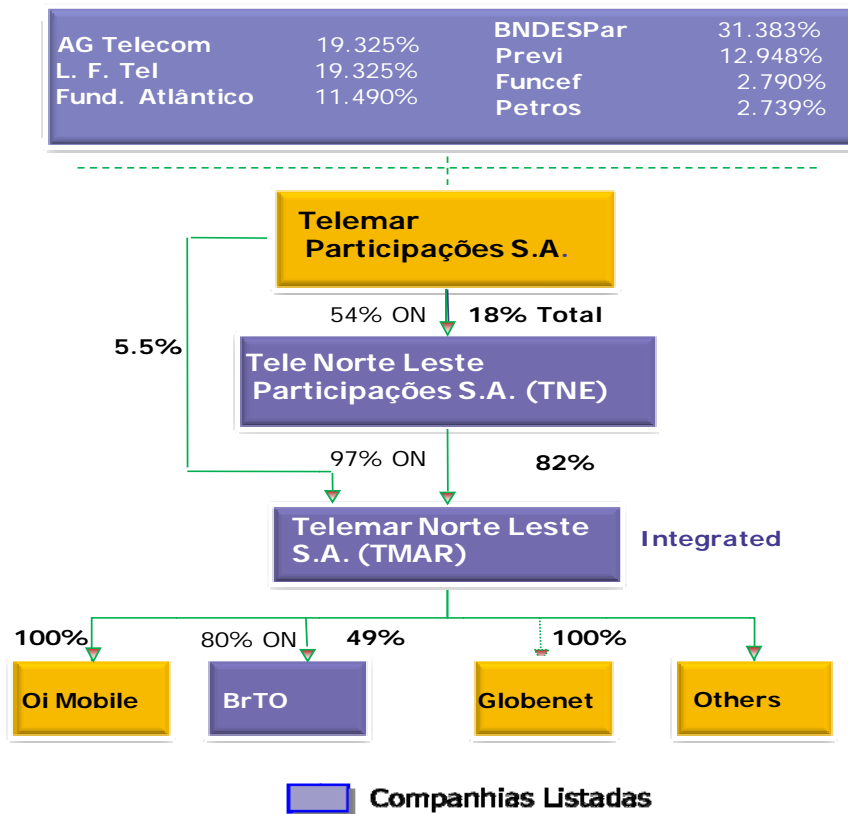


Figura 11 – Estrutura societária da Oi (Fonte: site da Oi)

*Capital Total ** Códigos na Bovespa e NYSE: TNLP (TNLP4 e TNE); BRTP (BRTP4 e BTP), BRTO (BRTO4 e BTM), TMAR (TMAR5)

A TNL é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários como companhia aberta e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. É também registrada na SEC (Securities and Exchange Commission dos EUA) e seus ADS (American Depositary Shares) nível II são negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), através de ADRs (American Depositary Receipts). Aproximadamente 50,52% das ações preferenciais são negociadas na NYSE sob a forma de ADRs.

A companhia detém a concessão para operar em telefonia fixa local e autorização para prestar serviços de mobilidade na Região I, que abrange 16 estados do Norte, Nordeste e Sudeste. Além disso, a empresa atua com autorização em todo o território nacional na prestação de serviços de comunicação de dados, Internet e longa distância, com o código 31 e autorização para prestar serviços de mobilidade em 17 estados - os mesmos 16 com o acréscimo de São Paulo.

Para volume de receita bruta consolidada de R\$ 45,7 bilhões em 2009, um crescimento de 4% em relação ao ano anterior, apesar de todo o impacto sofrido pela economia mundial no período.

Até fevereiro de 2007 a marca Oi estava associada exclusivamente à empresa TNL PCS S.A., provendo, assim, exclusivamente serviços de telefonia móvel. Enquanto isso, a marca Telemar estava associada à empresa Telemar Norte Leste S.A. (TNL), que, por sua vez, provia serviços de telefonia fixa. A partir daquele mês, foi adotada uma marca única, a Oi, que passaria a contemplar os serviços de telefonia fixa, móvel, Internet e entretenimento.

O objetivo é traduzir a convergência de serviços para o consumidor, com mais simplicidade, reconhecimento e eficiência. Essa inovação fortalece o posicionamento competitivo da TNL, a única provedora completa de soluções integradas de telecomunicações no Brasil. As empresas controladas pela TNL encerraram o ano de 2009 como a maior empresa do setor em termos de receita, com 32% . A Base de assinantes chegou a marca 61,6 milhões clientes nos seus principais serviços, sendo 21,3 milhões na telefonia fixa (Oi Fixo), 36,1 milhões na telefonia móvel (Oi Móvel) e 4,2 milhões no serviço de banda larga (Oi Velox).

A Oi, pelo segundo ano consecutivo, faz parte da carteira do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA que tem validade de 01/12/2009 a 30/11/2010. O índice reflete uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.

Em mais um movimento relacionado à seu comprometimento com a sustentabilidade, em 31/08/2009, a Oi tornou-se signatária do Pacto Global, que é uma iniciativa desenvolvida pela ONU desde 1999 e que tem como objetivo mobilizar toda a comunidade empresarial para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, estando estes refletidos em 10 princípios.